

**PROCESSO Nº:** 4.197/2010 - A

**APENSO:** Processo n.º 060.007.756/2009<sup>1</sup> (três volumes)

**JURISDICIONADA:** Secretaria de Estado de Saúde do DF

**ASSUNTO:** Tomada de Contas Especial – TCE.

**PARECER:** Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima

**EMENTA:** Denúncia. Irregularidades praticadas por servidores lotados no SAMU/DF. Decisão n.º 29/2009. Instauração de TCE. Ocorrência de dano ao erário. Decisão n.º 1.894/2014. Citação e audiência. Apresentação de defesa pelos responsáveis. Unidade Técnica sugere a improcedência das defesas e razões de justificativa. Irregularidade das contas, cientificação para recolhimento do débito e aplicação de multa aos responsáveis. Inaplicabilidade da aplicação de sanção para um dos responsáveis em razão do seu falecimento. Ministério Público aquiesce. Voto parcialmente convergente: Procedência das justificativas do chefe imediato, improcedência das demais. Cientificação para recolhimento do débito e aplicação de multa aos responsáveis. Acórdão.

## RELATÓRIO

Tratam os autos da TCE para apurar irregularidades ocorridas no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU/DF, instaurada por determinação do Tribunal, conforme item II-a da Decisão n.º 29/2009.

Na Sessão Ordinária n.º 4684, de 29 de abril de 2014, o Tribunal prolatou a Decisão n.º 1.894/2014, nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas especial objeto do Processo n.º 060.007.756/2009 (apenso); **II – com fundamento no art. 13, inciso II, da Lei Complementar n.º 01, de 9/5/94, e no art. 172 do RI/TCDF,**

---

<sup>1</sup> O símbolo \* remete à folhas do Processo 060.007.756/2009.



**determinar a citação do Sr. AYRTON DE CASTRO GONÇALVES BARROSO** para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa quanto à responsabilidade que lhe pesa nos autos em exame, em face da percepção indevida de remuneração, ou, se preferir, desde logo, recolher aos cofres do Distrito Federal o valor do prejuízo apurado, no montante de R\$ 237.149,41 (duzentos e trinta e sete mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos), que deverá ser atualizado na data da efetiva quitação do débito, conforme os termos da Lei Complementar n.º 435/2001, na forma discriminada no documento de fl. 118; III – **determinar a audiência** dos responsáveis abaixo nominados, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa, ante a possibilidade de aplicação de multa com fundamento no art. 57, inciso III, da Lei Complementar nº 01/94, em face de: **a) Sr. ELIAS FERNANDO MIZIARA**: por não ter adotado providências para estancar o pagamento indevido comprovado em regular processo administrativo disciplinar no qual atuou como julgador; **b) Sra. MARIA DE FÁTIMA GOMES CORDEIRO**: pela não adoção de providências para evitar pagamentos indevidos a servidor que havia requerido seu afastamento de cargo efetivo em razão de nomeação em cargo em comissão; IV – **determinar, também, a audiência dos Srs. CID LUÍS DE SOUSA VALLE e DELMASON SOARES BARBOSA DE CARVALHO**, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da LC nº 01/94, em razão do descumprimento do art. 10, § 3º e art. 13, ambos do Decreto nº 29.018, de 2 de maio de 2008, por terem firmado atesto em fichas de presença com o registro de que o servidor estaria assinando em outra matrícula, contribuindo para a ocorrência de pagamentos sem a contraprestação de serviços no Hospital de Apoio do Distrito Federal; V – determinar, ainda, o envio à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF de cópia dos documentos de fls. 456/500 do Processo nº 060.007.756/2009, para que apure as irregularidades noticiadas pelo servidor AYRTON DE CASTRO GONÇALVES BARROSO, de que outros servidores por ele relacionados também estariam descumprindo a legislação vigente, em especial o disposto no art. 117, inciso X, da Lei nº 8112/90 e no item b.4 da Decisão nº 42/2006, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas por aquela Pasta; VI – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências pertinentes. *(negritei)*

Os responsáveis indicados na Decisão foram devidamente notificados e apresentaram tempestivamente suas razões de justificativa.

Em atendimento ao item II da Decisão supra, o Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso, chamado por meio da Citação nº 310/2014 – SECONT/GAB, fl. 160, por meio de seu representante legal, constituído na forma da Procuração de fl. 272, apresentou a defesa juntada às fls. 374/379.



Quanto ao item III, o Sr. Elias Fernando Miziara, chamado por meio da Comunicação de Audiência nº 121/2014 – SECONT/GAB (fl. 161), apresentou os documentos de fls. 169/186, e a Sra. Maria de Fátima Gomes Cordeiro, por sua vez, chamada por meio da Comunicação de Audiência nº 122/2014 – SECONT/GAB (fl. 162), apresentou as razões de justificativa juntadas às fls. 205/217.

Em relação ao item IV, o Sr. Delmason Soares Barbosa de Carvalho, chamado mediante Comunicação de Audiência nº 124/2014 – SECONT/GAB (fl. 164), por meio de seu representante legal, constituído na forma da procuração de fl. 166, apresentou as razões de justificativa juntadas às fls. 357/364.

Por outro lado, juntamente com a Comunicação de Audiência nº 123/2014 – SECONT/GAB, foi juntada aos autos a Certidão de Óbito do Sr. Cid Luís de Sousa Valle, que faleceu em 11/07/2014 (fls. 163/163-v).

Ressalte-se que o Tribunal, por meio da Decisão nº 5.487/2014, item III, autorizou a Secretaria de Contas – SECONT a desentranhar as peças do feito em exame relacionadas à diligência objeto do item V da Decisão nº 1.894/2014 e remetê-los à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE para constituição de autos apartados destinados a acompanhar o seu atendimento (fl. 496).

O órgão técnico, na Informação nº 254/2015 (fls. 501/511), procedeu à análise das razões de justificativa apresentadas em atenção às audiências de que trata a Decisão nº 1.894/2014. As conclusões foram as seguintes:

34. Da análise dos argumentos de defesa trazidos aos autos pelos Srs. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso (fls. 374/379) e Elias Fernando Miziara (fls. 169/186), e das razões de justificativa apresentadas pela Sra. Maria de Fátima Gomes Cordeiro (fls. 205/217) e pelo Sr. Delmason Soares Barbosa de Carvalho (fls. 357/364), entendemos que estes podem ser considerados improcedentes.

35. Quanto ao Sr. Cid Luís de Sousa Valle, acreditamos que a aplicação de multa pode ser dispensada, em virtude de seu falecimento (fls. 163/163-v), comprometendo o regular desenvolvimento do processo.



36. O valor do débito, calculado pelo sistema de atualização monetária desta Corte, em 06/08/2015, é de **R\$ 266.231,56** (fl. 500).

37. Diante do exposto, pode o Tribunal, nos termos do art. 13, §1º, da Lei Complementar nº 1/1994, proceder a cientificação do Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso para o recolhimento do débito atualizado de R\$ 266.231,56, autorizando, desde já, a adoção das providências cabíveis, no termos do art. 29 da mesma Lei Complementar, caso não haja manifestação do interessado.

38. Ademais, cabe ao Tribunal deliberar sobre à aplicação de multa aos Srs. Delmason Soares Barbosa de Carvalho, com base no art. 57, inc. II, e Elias Fernando Miziara e à Sra. Maria de Fátima Gomes Cordeiro, com fulcro no art. 57, inc. III, da LC nº 1/94. Nesse sentido, sugere que a Corte considere improcedentes as justificativas apresentadas pelas Sras. Célia Cristina Vieira Serra, Maria Bastos Martins, Célia Maria Marques e Fernanda Arantes Zardini, aplicando-lhes as penalidades de multa e inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Nesse sentido são as sugestões de fls. 510/511.

O Ministério Público acolhe integralmente as conclusões da unidade técnica.

É o Relatório.



## VOTO

Os autos do processo em epígrafe tratam de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada em atendimento à determinação contida no item **II-a** da Decisão Extraordinária Reservada nº 29/2009<sup>2</sup> (fls. 1/2) deste c. **TCDF**, para a apuração de indícios de irregularidades ocorridas no âmbito do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU/DF.

Esta TCE foi instaurada para apuração das responsabilidades e prejuízos decorrentes dos fatos relatados pela Unidade Técnica nos §§ 14 a 20 da Informação nº 036/2008, lavrada no Processo nº 36.650/2008. Vejamos:

“14. Em consulta ao Sistema de Gestão de Recursos Humanos do Distrito Federal – SIGRH, foi identificado que o senhor Ayrton possui duas matrículas e que sua carga horária é de 60 horas semanais, sendo 40 horas na DIURE e 20 horas no Hospital de Apoio, ambas as Unidades integrantes da estrutura da SES (fls. 05/06).

15. Em contato telefônico com o Hospital de Apoio, no dia 31.10.08, 11h00min, obteve-se a informação de que o Dr. Ayrton não presta serviço àquela Unidade devido ao fato de ter sido nomeado para cargo em comissão no SAMU/DF.

16. Dada a situação, conclui-se que o Servidor em tela recebe remuneração referente à carga horária de 60 horas; no entanto, não vem trabalhando as 20 horas junto ao Hospital de Apoio. Trata-se de indícios de enriquecimento sem causa, haja vista o recebimento de remuneração sem a devida prestação de serviços.

17. Com relação a esse assunto, o Tribunal pôs fim à questão por intermédio da Decisão n.º 2.975, de 05.06.2008, fl. 07, rechaçando explicitamente situações tais.

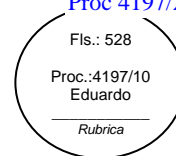
18. Em continuidade à apuração, procedeu-se consulta à Base de Dados da Secretaria da Receita Federal e obteve-se os registros de fls. 08/13, indicando que o servidor mencionado é sócio de duas clínicas.

19. Após contato telefônico com a Clínica Ortopedia, no dia 30.10.08, às

16h39min, obteve-se a informação de que o Dr. Ayrton atendia naquela Clínica; e que só teria horário disponível para consulta no dia 11.11.08, às

---

<sup>2</sup> II – determinar ao Secretário de Saúde do Distrito Federal que: a) instaure os devidos processos administrativos disciplinares e de **tomada de contas especial**, objetivando a **apuração das situações e dos prejuízos ao erário em decorrência dos fatos relatados pela Unidade Técnica nos §§ 14 a 25 da Informação nº 036/2008**, dando ciência a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, das medidas adotadas



9h30min. E mais, que o Dr. Ayrton atende todas as terças-feiras, o dia todo; e todas as quintas-feiras, pela manhã.

20. Assim, constata-se que, além do excedente de remuneração de 20 horas já mencionado, percebido irregularmente, o Servidor em questão, que exerce cargo em comissão, não está a cumprir a carga horária de 40 horas junto à Diretoria de Urgências.”

A Comissão de Tomada de Contas Especial, por meio do Relatório de TCE nº 216/2011/DIEXE2-4B/SUTCE/STC, atribui responsabilidade ao servidor **AYRTON DE CASTRO GONÇALVES BARROSO** pelo débito causado aos cofres públicos (fls. 582/591\*).

A Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, mediante o Relatório nº 03/2013-CONTROLADORIA e o correspondente Certificado de Auditoria - TCE nº 03/2013-CONTROLADORIA (fls. 667/674\*), manifesta-se pela irregularidade das contas e pela responsabilização do nominado servidor, na forma sugerida pela Comissão de Tomada de Contas Especial.

A dinâmica dos acontecimentos e os documentos carreados aos autos, bem como as evidências apontadas pela Comissão de Tomada de Contas Especial demonstram que o servidor Ayrton de Castro Gonçalves Barroso, no período de outubro/2008 a outubro/2011, cumpriu apenas 40 horas de sua jornada de trabalho semanal, embora tenha recebido como se tivesse trabalhado 60 horas semanais, evidenciando enriquecimento sem causa.

Os autos demonstram, também, a conduta omissiva do Sr. Elias Fernando Miziara, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Saúde do DF à época, pois julgou o Procedimento Administrativo Disciplinar em 13/05/2011 (fls. 256-259\*), e, apesar de ter adotado providências relativas ao registro do fato na ficha funcional do servidor e o encaminhamento do processo à Secretaria de Estado de Transparência e Controle para fins de instauração de TCE, nada fez para estancar os pagamentos indevidos, que perduraram até 18/10/2011.

Também concorreram para a existência do dano os Srs. Cid Luís de Sousa Vale e Delmason Soares Barbosa de Carvalho, chefes mediatos e imediatos do



Sr. Ayrton, uma vez que as fichas de frequência acostadas às fls. 200-211\*, firmadas por aqueles, registram que o Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barros assina na matrícula 119.800-9, como se justificassem a ausência de assinatura.

Não se configuraria o prejuízo também, caso a Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoal/SUFAH/SES à época, Sra. Maria de Fátima Gomes Cordeiro, tivesse adotado os procedimentos demandados pelo requerimento, feito pelo servidor, de afastamento dos cargos efetivos em razão de nomeação em cargo em comissão

Na última assentada, o e. Tribunal, por meio dos itens II a IV da Decisão nº 1.894/2014, decidiu:

“II – com fundamento no art. 13, inciso II, da Lei Complementar n.º 01, de 9/5/94, e no art. 172 do RI/TCDF, determinar a citação do Sr. AYRTON DE CASTRO GONÇALVES BARROSO para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa quanto à responsabilidade que lhe pesa nos autos em exame, em face da percepção indevida de remuneração, ou, se preferir, desde logo, recolher aos cofres do Distrito Federal o valor do prejuízo apurado, no montante de R\$ 237.149,41 (duzentos e trinta e sete mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos), que deverá ser atualizado na data da efetiva quitação do débito, conforme os termos da Lei Complementar n.º 435/2001, na forma discriminada no documento de fl. 118; III – determinar a audiência dos responsáveis abaixo nominados, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa, ante a possibilidade de aplicação de multa com fundamento no art. 57, inciso III, da Lei Complementar n.º 01/94, em face de: a) Sr. ELIAS FERNANDO MIZIARA: por não ter adotado providências para estancar o pagamento indevido comprovado em regular processo administrativo disciplinar no qual atuou como julgador; b) Sra. MARIA DE FÁTIMA GOMES CORDEIRO: pela não adoção de providências para evitar pagamentos indevidos a servidor que havia requerido seu afastamento de cargo efetivo em razão de nomeação em cargo em comissão; IV – determinar, também, a audiência dos Srs. CID LUÍS DE SOUSA VALLE e DELMASON SOARES BARBOSA DE CARVALHO, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da LC n.º 01/94, em razão do descumprimento do art. 10, § 3º e art. 13, ambos do Decreto n.º 29.018, de 2 de maio de 2008, por terem firmado atesto em fichas de presença com o registro de que o servidor estaria assinando em outra matrícula, contribuindo para a ocorrência de pagamentos sem a contraprestação de serviços no Hospital de Apoio do Distrito Federal;”.

em 29/06/2011, (Pc 35795/2011);





Em cumprimento ao *decisum* supra, o Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso apresentou sua peça de defesa às fls. 374/379. Os Srs. Elias Fernando Miziara, Maria de Fátima Gomes Cordeiro e Delmason Soares Barroso apresentaram suas razões de justificativas às fls. 169/186, 205/217 e 357/364, respectivamente. No que tange ao Sr. Cid Luis de Sousa, foi juntada aos autos Certidão de Óbito com indicação de seu falecimento em 11/7/2014.

Quanto ao mérito das justificativas apresentadas pelos então Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Saúde do DF e Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoal/SUFAH/SES, considero que não há reparos a serem feitos na análise apresentada pela unidade instrutiva. Todos os argumentos de defesa foram devidamente examinados e refutados pela 3ª Divisão de Contas.

Pela pertinência, transcrevo excerto da Informação nº 254/2015, relativa à análise das justificativas apresentadas, que adoto como razão de decidir:

**Defesa do Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso (fls. 374/379)**

9. **Alegação** (fls. 374/375): o defendente sintetizou os fatos do Processo e arguiu que as irregularidades apontadas, quanto ao recebimento de remuneração sem cumprimento da carga horária, não podem ser imputadas ao servidor, haja vista não ser possível estabelecer um nexo causal entre as condutas perpetradas para ocorrência do evento danoso ao Erário. Ademais, alegou que providenciou o pedido para que fosse afastado dos cargos efetivos, diante da nomeação para o cargo de confiança, não podendo ser responsabilizado por uma irregularidade que extrapola suas funções.

10. **Análise:** os argumentos não merecem prosperar. Muito embora tenha feito pedido para afastamento dos cargos, o defendente teve conhecimento de que os pagamentos continuaram sendo realizados indevidamente. Entretanto, atribuiu a culpa ao Estado, eximindo-se de qualquer ação que promovesse a regularidade da situação. Ademais, não houve juntada de documentos que pudessem comprovar o cumprimento da carga horária de 20 horas semanais referentes à Matrícula nº 1.400.848-3.

11. **Alegação** (fl. 376): aduziu que não se afastou por conta própria, informalmente, do cargo efetivo que ocupava no Hospital de Apoio, pois sua nomeação foi legítima e o afastamento para cumprimento da jornada de 40 horas decorreu da vontade do próprio Secretário de Saúde do DF. Segundo o defendente, essa informação foi totalmente ignorada pela Comissão que, sem quaisquer indícios, provas ou mesmo justificativas, de forma infundada imputou a responsabilidade pelo dano ao Erário Distrital, irregularidade essa





que fugia da sua órbita de atuação. Alegou ser apenas uma variável passiva dentro do sistema, sendo indevida a imputação por conduta inexistente.

12. **Análise:** não há que se falar em falta de fundamentos na imputação da responsabilidade. Todas as informações necessárias na análise da TCE foram acostadas ao Processo nº 060.007.756/2009 e devidamente debatidas pela CTCE, em seu Relatório de TCE nº 216/2011/DIEXE 2-4B/SUTCE/STC (fls. 582/594-v\*), e pelo Corpo Técnico deste Tribunal, na Informação nº 236/2013 – 3ª Divisão de Contas (fls. 119/132). Diante dos recebimentos indevidos, o interessado deveria ter tomado providências na regularização da situação.

13. **Alegação** (fl. 377): esclarece que restou comprovada a total lisura e conduta irrepreensível durante todos os anos em que trabalhou como servidor da Secretaria de Saúde, não podendo, por questão de justiça, ser responsabilizado pelas irregularidades apuradas, pois não participou, facilitou ou concorreu, seja de forma direta ou indireta, para que tais irregularidades fossem cometidas.

14. **Análise:** o argumento não é suficiente para afastar a irregularidade. O defendente contribuiu para que a irregularidade continuasse ocorrendo ao não tentar sanar a situação indevida dos recebimentos.

15. **Alegação** (fl. 377/378): afirma que diante do pedido de afastamento, deveria ter sido instaurado imediatamente um processo de afastamento, fazendo assim com que a folha de ponto fosse retirada e fossem suspensos os pagamentos. Assim, ao se afastar do cargo efetivo para dedicar-se exclusivamente ao novo cargo, não praticou qualquer ação ou omissão que atente contra os princípios da Administração Pública. Em verdade, a percepção da remuneração decorreu de erro da própria Secretaria de Saúde, de maneira que se presume a culpa exclusiva ou, no mínimo, concorrente da Administração.

16. **Análise:** a argumentação é parcialmente válida. De fato, deveria haver procedimento imediato no sentido da regularização dos pagamentos por parte da Secretaria de Saúde, porém, não se pode transferir toda a culpa para a Administração, posto que o interessado continuou recebendo indevidamente a remuneração e não providenciou a regularização da situação. Nesse sentido, conforme se extrai do §§ 36/38 da Informação nº 236/2013, outras 4 pessoas foram chamadas em audiência por concorrerem para a existência do dano causado ao Erário, entre elas o Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Saúde do DF, a Chefia mediata e imediata, e a Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoal/SUFAH/SES à época.

17. **Alegação** (fl. 378): o defendente arguiu a sua boa-fé, não havendo qualquer prova ou indício de participação do requerido nas irregularidades apuradas, pois efetivamente não colaborou para os atos que lhe estão sendo imputados.

18. **Análise:** em relação à boa-fé, trata-se de um dos princípios fundamentais do direito privado, cuja finalidade é estabelecer um padrão ético de conduta para as partes nas relações obrigacionais. Contudo, a boa-fé objetiva não se esgota nesse ramo do direito, irradiando seus efeitos por todo o ordenamento jurídico.



19. O princípio da boa-fé objetiva coaduna com a lealdade e a lisura da atuação dos envolvidos, devendo estar presente tanto do lado da administração quanto do lado dos administrados.
20. Não se pode conceber a existência de expectativas legítimas em relação ao administrado que não atua de boa-fé, hipótese contrária ao direito.
21. Neste caso, o Tribunal entendeu que o defendente não agiu de boa-fé, ao permitir a continuidade dos pagamentos indevidos, sem demonstrar providências no sentido da regularização, ou seja, contribuiu diretamente para a ocorrência da irregularidade. Na presente questão, o favorecido não fazia jus à remuneração, portanto, deve devolver o valor percebido irregularmente.
22. **Alegação** (fl. 378): destacou que, na eventual hipótese de ser mantido o entendimento de que o defendente deve ressarcir o Distrito Federal, o valor merece ser revisto, pois está sendo imputado o montante de R\$ 251.226,80, quando, em verdade, essa quantia supera as rubricas recebidas pelo servidor.
23. **Análise:** relativamente ao cálculo do prejuízo, o Corpo Técnico desta Corte já havia feito nova avaliação, divergente da Comissão Tomadora, conforme §§ 22 e 23 da Informação nº 236/2013 – 3ª Divisão de Contas (fl. 126). Os Descontos relativos ao IRRF e à Seguridade Social não representaram saídas efetivas dos cofres do GDF, portanto, não foram utilizados no cálculo do prejuízo. Ademais, foram incluídos os vencimentos relativos aos meses de agosto a outubro/2011, tendo em vista que o Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso somente foi exonerado em 18/10/2011 do cargo em comissão que ocupava (fl. 116). O prejuízo calculado na forma das planilhas de fls. 117/118 resultou, em 2013, num débito de R\$ 197.335,62, que atualizado até 06/08/2015 perfaz R\$ 266.231,56 (fl. 500).

**Defesa da Sr. Elias Fernando Miziara (fls. 169/186)**

24. **Alegação** (fls. 169/186): em atendimento ao item II da Decisão nº 1.894/2014-TCDF, em que se determina a audiência em razão do responsável não ter adotado providências para estancar o pagamento indevido em regular processo administrativo disciplinar no qual atuou como julgador, o justificante encaminhou o Despacho nº 1.067/2014 – GAB/COR/SES, em que solicita à Diretoria de Fiscalização, Licitações e Contratos e Convênios – DFLCC/COR/SES a prestação de informações pertinentes ao cumprimento da Decisão.
25. A DFLCC/COR/SES, por sua vez, esclareceu que o item III já fora objeto de análise, tendo sido elaborado o Relatório Técnico nº 55/2014-DFLCC/COR/SES-DF (fls. 182/186). Esse Relatório concluiu que foram adotadas as medidas saneadoras objetivando a responsabilização do Servidor Ayrton, pelo descumprimento de normativo legal, observando, ainda, que a Secretaria tem adotado medidas voltadas à prossecução de uma atuação administrativa mais eficiente.
26. **Análise:** os documentos apresentados são insuficientes para afastar a falha cometida pelo então Secretário. Diversamente do que trata o Relatório Técnico da DFLCC, as medidas necessárias não foram tempestivamente adotadas, resultando no prejuízo objeto de análise neste Processo.



27. Verificou-se nos autos que o Secretário Adjunto - Sr. Elias Fernando Miziara - tomou conhecimento do Procedimento Administrativo Disciplinar em 13/05/2011 (fls. 256-259\*), declarou extinta a pretensão punitiva da Administração Pública em razão da prescrição, determinou o registro dos fatos na ficha funcional do servidor e o cálculo de eventuais prejuízos. Também, encaminhou o processo à Secretaria de Estado de Transparência para instauração da competente tomada de contas especial. Contudo, não fez qualquer determinação de suspensão dos pagamentos indevidos.

**Defesa da Sra. Maria de Fátima Gomes Cordeiro (fls. 205/217)**

28. **Alegação** (fls. 205/217 e 222/268): o justificante sintetizou os acontecimentos do processo e afirmou que, de fato, houve recebimento a maior da remuneração pelo médico, configurando irregularidade de natureza grave, com nítido prejuízo ao Erário. Entretanto, esclareceu que adotou todas as providências para evitar pagamentos indevidos ao servidor que havia requerido seu afastamento do cargo efetivo em razão de nomeação em cargo em comissão. Aduziu, ainda, que após tomadas as providências, o processo tramitou em outras seções e que, quando do seu retorno à Diretoria de Gestão de Pessoal – DIGEP/SES, a defendente já havia sido desligada do cargo.

29. **Análise:** os argumentos são insuficientes para afastar o ato de gestão que resultou em injustificado dano ao Erário. Percebe-se que o trâmite do pedido de exoneração do servidor se iniciou em setembro de 2009 e só terminou em março de 2011, desrespeitando o princípio da eficiência, o qual se espera o melhor desempenho possível das atribuições do agente público a fim de lograr melhores resultados na problemática em análise. Corroborar com o entendimento o que se extrai do Decreto nº 34.213/2013, que aprovou o Regimento Interno da SES-DF, em seu art. 453:

“Aos coordenadores Gerais e Diretores compete:

(...)

VI – propor a racionalização de métodos e processos de trabalho, normas e rotinas, que maximizem os resultados pretendidos. “

30. Embora tenham sido adotadas as medidas necessárias quanto ao procedimento administrativo, cumpre observar a morosidade em se resolver a questão e a omissão na adoção de medidas pertinentes à interrupção dos pagamentos indevidos, mesmo diante do trâmite entre outras seções da Secretaria.

Demonstrada a responsabilidade dos servidores nas irregularidades apontadas nos autos, passo à dosimetria das sanções.

O Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso, no período de outubro/2008



a outubro/2011, cumpriu apenas 40 horas de sua jornada de trabalho semanal, embora tenha recebido como se tivesse trabalhado 60 horas semanais, evidenciando enriquecimento sem causa.

Por óbvio, todo aquele que, indevidamente, receber recursos públicos sem a devida contraprestação, deverá ressarcir-los ao Erário.

Dessa forma, o servidor deve ser cientificado para devolver aos cofres públicos a quantia recebida indevidamente.

O prejuízo calculado na forma das planilhas de fls. 117/118 resultou, em 2013, num débito de R\$ 197.335,62, que atualizado até 06/08/2015 perfaz R\$ 266.231,56 (fls. 500).

Em relação ao Sr. Elias Fernando Miziara, restou demonstrado nos autos que o então Secretário Adjunto tomou conhecimento do Procedimento Administrativo Disciplinar em 13/05/2011 (fls. 256-259\*), contudo, não fez qualquer determinação de suspensão dos pagamentos indevidos, que perduraram até 18/10/2011.

Nesse sentido, entendo que a Corte deve aplicar ao ex-Secretário Adjunto a multa prevista no art. 57, inciso III, da Lei Complementar nº 01/94, que fixo no montante de R\$ 1.169,80 (um mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta centavos), correspondendo à 5% (cinco por cento) do valor estabelecido no art. 182 do Regimento Interno desta Corte de Conta.

Compulsando os autos, verificou-se que o servidor Ayrton de Castro Gonçalves Barroso solicitou, em 29 de setembro de 2008, à Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde o seu afastamento dos cargos efetivos por ter sido nomeado em cargo comissionado, conforme art. 120 da Lei nº 8.112/90, no cargo de Diretor da Diretoria de Assistência às Urgências e Emergências. Nada obstante, o trâmite do pedido de exoneração do servidor, que se iniciou em setembro de 2009, só terminou em março de 2011.

Quanto à Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoal/SUFAH/SES à época, Sra. Maria de Fátima Gomes Cordeiro, considero que a morosidade em resolver a questão relacionada ao afastamento do servidor, aliada à omissão na adoção de medidas pertinentes à interrupção dos pagamentos indevidos, contribuiu para prejuízo



apontado nesta TCE.

Assim, entendo que a Corte deve aplicar à servidora a multa prevista no art. 57, inciso III, da Lei Complementar nº 01/94, que fixo no valor de R\$ 2.339,60 (dois mil, trezentos e trinta e nove reais e sessenta centavos), correspondendo à 10% (dez por cento) do valor estabelecido no art. 182 do Regimento Interno desta Corte de Conta.

Quanto ao então Diretor de Atenção à Saúde, Sr. Delmason Soares Barbosa de Carvalho, chefe imediato do Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso, lamento discordar das conclusões da unidade técnica e do douto Parquet.

Compulsando o processo apenso nº 060.007.756/2009 (fls. 200/213\*), verifica-se que, conforme alegado pelo Sr. Delmason Soares Barbosa de Carvalho, não houve atesto na folha de frequência a partir do dia 25/09/2008.

Na folha de frequência de setembro de 2008, conta a observação de o Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso havia sido nomeado para o cargo de Diretor de Assistência às Urgências e Emergências – SAS. Conforme DODF nº 191, de 25/09/2008, pág. 24.

Nos meses subsequentes, a folha de frequência era riscada e constava a observação de que o servidor assinava na matrícula 119800-9.

Concordo com o defendente no sentido de que as notas de observação não se assemelham a um atestado de frequência, mas sim uma advertência ao setor competente.

Vale lembrar que o servidor Ayrton de Castro Gonçalves Barroso havia solicitado, em 29 de setembro de 2008, à Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde o seu afastamento dos cargos efetivos por ter sido nomeado em cargo comissionado, conforme art. 120 da Lei nº 8.112/90, no cargo de Diretor da Diretoria de Assistência às Urgências e Emergências.

Nesse sentido, entendo que a responsabilidade os pagamentos indevidos não pode ser atribuída ao Sr. Delmason Soares Barbosa de Carvalho.

Por fim, registro que, conforme consignado pelo douto Procurador “*não há se falar em aplicação da sanção de multa ao Sr. Cid Luís de Sousa Vale, tendo em*



*vista a notícia de seu falecimento nos autos (fls. 163/163v), pois a referida penalização possui indiscutível caráter personalíssimo e, portanto, não extensível aos seus sucessores, consoante o art. 5º, XLV, da CF/1988, ainda que o de cujus tenha deixado bens a inventariar”.*

Ante o todo, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) das alegações de defesa apresentadas às fls. 374/379 e das razões de justificativa acostadas às fls. 205/217 e 357/364;
- b) da Informação nº 254/2015 (fls. 501/511);
- c) do Parecer nº 881/2015 - ML (fls. 512/521);

II. considere:

- a) improcedentes as alegações de defesa trazidas pelo Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso, então Diretor da DIURE/SES, tendo em vista que os argumentos não foram capazes de infirmar os fatos apontados nos presentes autos;
- b) improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Elias Fernando Miziara, então Secretário Adjunto, pela Sra. Maria de Fátima Gomes Cordeiro, então Diretora de Gestão de Pessoal/SUFAH/SES, tendo em vista que os argumentos não foram capazes de elidir os fatos apontados nos presentes autos;
- c) procedentes razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Delmason Soares Barbosa de Carvalho, Diretor de Atenção à Saúde HAB/SES à época;
- d) dispensada a aplicação de multa ao Sr. Cid Luís de Sousa Valle, em virtude de seu falecimento;



- III. cientifique o responsável nominado no item II-a, na forma do art. 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/1994, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher a importância de R\$ 266.231,56, apurado em 06/08/2015 (fl. 500), autorizando, desde já, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da mesma Lei Complementar, caso não haja manifestação do interessado;
- IV. em razão do item II, “b”, aplique aos servidores a sanção de multa, com fulcro no art. 57, inciso III, da Lei Complementar nº 1/94, por não terem adotado providências para evitar pagamentos indevidos ao servidor Ayrton de Castro Gonçalves Barroso;
- V. aprove, expeça e publique o Acórdão anexo;
- VI. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as devidas providências.

Sala das Sessões, 09 de junho de 2016.

**PAULO TADEU**  
**Conselheiro-Relator**





## ACÓRDÃO Nº 2016.

**Ementa:** TCE. Pagamentos indevidos a servidor. Razões de justificativa improcedentes. Aplicação de multa aos responsáveis

**Processo/TCDF nº 4197/2010**

**Nome/Função:** Elias Fernando Miziara - Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Saúde do DF;

Maria de Fátima Gomes Cordeiro - Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoal/SUFAH/SES

**Órgão:** Secretaria de Estado de Saúde

**Relator:** Conselheiro Paulo Tadeu

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, em:

**I) aplicar** multa aos responsáveis, nos termos do inciso III do art. 57 e art. 60 da Lei Complementar DF nº 1/94, pelas razões a seguir indicadas:

a) ao Sr. Elias Fernando Miziara, no valor de R\$ 1.169,80 (um mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta centavos), por não ter adotado providências para evitar o pagamento indevido à servidor no período de 13/05/2011 a 18/10/2011;

b) à Sra. Maria de Fátima Gomes Cordeiro, no valor de R\$ 2.339,60 (dois mil, trezentos e trinta e nove reais e sessenta centavos), pela morosidade em resolver a questão relacionada ao afastamento solicitado pelo Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barros e pela omissão na adoção de medidas pertinentes à interrupção dos pagamentos indevidos;

**II) fixar** o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que as responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o **recolhimento** aos cofres distritais (art. 186 do RI/TCDF) da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado (art. 59 da Lei Complementar DF nº 1/94);

**III) determinar** a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar DF nº 1/94, caso não atendidas as notificações.

**ATA** da Sessão Ordinária/Extraordinária nº ..... de .....

**Presentes os Conselheiros:** .....



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

e-DOC 199361EC  
Proc 4197/2010

Fls.: 539

Proc.:4197/10  
Eduardo

*Rubrica*

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) .....

**Representante do MP presente:** Procurador(a) .....

---

Presidente

---

Relator(a)

**Fui presente:**

---

Representante do MP